

Elisa Canjani

Universidade de São Paulo –
USP

E-mail: elisa.canjani@usp.br

Claudia Lago

Universidade de São Paulo –
USP

E-mail: claudia.lago07@usp.br



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

**Mulheres migrantes e *WhatsApp*:
Um estudo etnográfico na pandemia**

Migrant women and *WhatsApp*:
An ethnography study in the pandemic

Las mujeres migrantes y *WhatsApp*:
un estudio etnográfico em la pandemia

Camargo Canjani, E., & Lago, C. Mulheres migrantes e WhatsApp:
Um estudo etnográfico na pandemia. Revista Eco-Pós, 26(2),
408–431. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i2.27953>

RESUMO

Este artigo relata a pesquisa de campo realizada para dissertação de mestrado que olha para a rede comunicativa de uma associação informal de mulheres migrantes, principalmente bolivianas, residentes na Região Metropolitana de São Paulo, inseridas no nicho laboral da costura. A pesquisa fonte ancora-se em um trabalho de campo etnográfico, que busca investigar como tal rede se estrutura, é acionada e em que medida potencializa a capacidade de agência das mulheres, a partir dos estudos das mídias digitais, da migração feminina, dos estudos decoloniais e de gênero. Este artigo em específico recorta e apresenta o trabalho de campo empreendido, que se iniciou pouco antes do início da pandemia e se desenvolveu em pleno ápice desta, e aponta achados relativos à utilização do *WhatsApp* pelo grupo.

PALAVRAS-CHAVE: *Etnografia; Migração Feminina; Mulheres bolivianas; Redes Sociais Digitais; WhatsApp.*

ABSTRACT

This article reports the field research carried out for a master's thesis that looks at the communicative network of an informal association of migrant women, mainly Bolivian, residing in the Metropolitan Region of São Paulo, inserted in the work niche of sewing. The source research is anchored in an ethnographic fieldwork, which seeks to investigate how such a network is structured, is activated and to what extent it enhances women's capacity for agency, based on studies of digital media, female migration, decolonial and gender studies. This article, in particular, outlines and presents the fieldwork undertaken, which began shortly before the start of the pandemic and developed at the height of it, and points out findings related to the use of *WhatsApp* by the group.

KEYWORDS: *Ethnography; Female Migration; Bolivian women; Digital Social Networks; WhatsApp.*

RESUMEN

Este artículo relata una investigación de campo realizada para una tesis de maestría que analiza la red comunicativa de una asociación informal de mujeres migrantes, principalmente bolivianas, residentes en la Región Metropolitana de São Paulo, insertas en el nicho laboral de la costura. La investigación fuente está anclada en un trabajo de campo etnográfico, que busca investigar cómo se estructura, activa y en qué medida dicha red mejora la capacidad de agencia de las mujeres, basándose en estudios de medios digitales, migración femenina, estudios decoloniales y de género. Este artículo específico destaca y presenta el trabajo de campo realizado, que comenzó poco antes del inicio de la pandemia y se desarrolló en el apogeo de la misma, y destaca los hallazgos relacionados con el uso de *WhatsApp* por parte del grupo.

PALABRAS CLAVE: *Etnografía; Migración Femenina; Mujeres bolivianas; Redes Sociales Digitales; WhatsApp.*

Submetido em 22 de agosto de 2022

Aceito em 06 de fevereiro de 2023

Introdução

Este artigo apresenta a pesquisa etnográfica junto a mulheres migrantes, especialmente bolivianas, que originou a dissertação de mestrado *Resistências femininas: redes de comunicação de mulheres migrantes latino-americanas na Região Metropolitana de São Paulo* defendida em outubro de 2021¹. A pesquisa partiu da premissa de que as redes sociais digitais, bem como as mídias digitais, assumem um papel significativo na superação das condições adversas às quais as mulheres migrantes são submetidas. Tratava-se de investigar como estas redes e tecnologias se estruturam, são acionadas e, em que medida, potencializam, se é que o fazem, a capacidade de agência do grupo de mulheres, sujeitas da pesquisa. Após uma série de aproximações com grupos de mulheres migrantes e espaços migratórios, optou-se por trabalhar com a rede comunicativa de uma associação informal de migrantes bolivianas, *Asociación de Mujeres Imigrantes Luz y Vida – Sembrando Semillas*², que vivem na Região Metropolitana de São Paulo. A partir da percepção do uso de redes e tecnologias, a pesquisa voltou-se para entender o uso, pelo grupo, do *WhatsApp*.

Hine (2004; 2015), no início dos anos 2000, já apontava a necessidade de se investigar os usos e a construção de sentidos atribuídos às novas tecnologias — mais do que se dedicar à previsão de cenários futurísticos sobre como a tecnologia mudaria o curso da história humana — e propunha como objeto de estudo o uso cotidiano das tecnologias digitais no tecer de experiências espaçotemporais contemporâneas (Hine, 2004, p. 10). Em livro publicado em 2015, Hine propõe uma abordagem holística, na intenção de compreender o que é distintivo no modo de viver contemporâneo e o que é duradouro nos desafios que enfrentamos, lembrando que, embora a internet seja um fenômeno de massa³, as experiências dos grupos ou indivíduos não o são (Hine, 2015). O relato que se inicia a seguir abraça esta perspectiva.

Além das discussões sobre a apropriação/uso de tecnologias/mídia sociais, a pesquisa foi construída com base em questões teóricas sobre as migrações, especialmente de mulheres.

Cogo e Alles (2018) afirmam que as mulheres migrantes vivem processos de condensação das desigualdades sociais decorrentes do atravessamento de marcadores sociais

¹ A pesquisa foi realizada dentro do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP, nível mestrado. Agradeço à CAPES pela concessão de bolsa de estudos, fundamental para o êxito do trabalho.

² Tal qual escrito na página do *Facebook* no momento da pesquisa. Agora atualizado para: AMILV - Mulheres Imigrantes Luz e Vida.

³ A autora não ignora a exclusão digital, seja por regra, extrema pobreza ou rejeição à tecnologia (Hine, 2015, p. 7).

de marginalização, portanto não há como se pensar em uma experiência migratória universal. Apontam que, embora o mundo venha assistindo à feminização das migrações⁴, as mulheres seguem sendo frequentemente representadas na mídia e no meio acadêmico como coadjuvantes do universo masculino, raramente pensadas como protagonistas. A imagem imputada às mulheres migrantes vem de uma realidade duríssima, que não pode ser negada. O que entra em discussão é o engessamento da comunidade nesse lugar de extrema vulnerabilidade, o apagamento de sua capacidade de agência e a falta de oportunidade para que essas mulheres falem de si, sejam ouvidas e definam suas prioridades a partir, inclusive, das diferenças entre as mulheres que compõem o grupo. Nesse sentido, é importante que se resgate o pensamento interseccional em reconhecimento da complexidade da experiência humana e social, e o fato que “os sujeitos não respondem a uma única estrutura” (Carrera *et al.*, 2022, p. 16).

Silva (2022) aponta que os estudos migratórios devem considerar as interseccionalidades produtoras das múltiplas vulnerabilidades impostas às mulheres migrantes: questões de gênero e colonialidade, produtoras de discursos e práticas que discriminam e violam corpos racializados, somadas à lógica patriarcal, que responde pela violência de gênero e determina o lugar que mulheres ocupam no mercado de trabalho. Acrescente-se, a partir das observações de campo, que não se pode perder de vista as diferenças profundas entre as colonizações espanhola (e suas especificidades dentro de cada um dos territórios) e portuguesa, e as consequências relativas nas respectivas sociedades.

Em termos de campo laboral é importante identificar que, nesta pesquisa, ele se organiza em relação ao nicho da costura, no qual a estrangeiridade e a indocumentação são fatores bastante explorados por contratantes. A xenofobia é uma realidade — ainda que sujeita a especificidades que envolvem, por exemplo, o tempo e a densidade de migrantes e seus descendentes nos bairros. Os trabalhos, em geral, são pagos por tarefa⁵ em uma cadeia de subcontratações. Os custos de habitar a metrópole são altíssimos, se comparados aos

⁴ O conceito de feminização das migrações abarca os fenômenos do crescimento real do número de mulheres migrantes; da mudança no perfil da mulher que migra e a maior visibilidade da mulher na contemporaneidade, inclusive no que tange aos estudos acadêmicos e, mais especificamente, aos estudos migratórios, que passam a incorporar gênero como categoria de análise, associada às categorias etnia, classe social, condição migratória ou religião (Milesi; Marinucci, 2016).

⁵ As(os) costureiras(os) podem ser pagas(os) por costura ou por lote e o pagamento é feito por empreitada. Cada costura realizada tem um valor de “tabela”, por exemplo, costura reta ou costura curva, costura simples ou overloque (Silva, 2008; Canjani, 2021).

rendimentos alcançados, e o regime de subcontratação funciona baseado nos relacionamentos sociais, portanto, vincula o local de moradia com a rede laboral. Superado o receio da dimensão da cidade, o medo de ser expulso do país ou serem roubadas(os) pelos brasileiros — medo muitas vezes inculcado pelos próprios oficineiros⁶ — enfrentam os custos e as distâncias dos deslocamentos. Durante os finais de semana, momento para atividades de lazer, a oferta de transporte é reduzida e os intervalos de circulação dos transportes públicos, seja ônibus, metrô ou trem aumentam, muitas vezes em razão de manutenção das linhas. Em muitos dos encontros realizados nos finais de semana, algumas das mulheres sujeitas da pesquisa, que vieram dos lugares mais extremos, relataram trajetos de quatro horas, com uso de inúmeros meios de transporte, de ônibus, metrô, trem, até Uber.

A Associação que reúne as mulheres sujeitas da pesquisa, e que se assemelha a outras redes de pessoas migrantes, é uma estrutura com grande capacidade de penetração entre os extratos mais desassistidos da população de migrantes latino-americanas, através de sua rede comunicativa. Estrutura rizomática e essencialmente feminina, chega às pontas mais vulneráveis do nicho laboral da costura, construindo núcleos de apoio mútuo e reflexão, formando uma comunidade de pertencimento.

Para narrar a pesquisa dentro do recorte específico deste artigo, iniciamos contando como se deu o trabalho de campo, os primeiros contatos, as dificuldades encontradas e a estruturação a partir da pandemia. Por fim, apresentamos achados de pesquisa relativos ao uso do *WhatsApp*.

1. O encontro com a associação⁷

⁶ Muitos donos de oficinas usam da estratégia do medo contra a alta rotatividade do mercado: trabalham por lotes, com prazos curtos, preços baixos e disputam entre si tais encomendas. Não é interessante ter o que consideram “sua mão de obra” — migrantes que passam os primeiros anos muitas vezes morando nas oficinas, expostos a cargas horárias excruciantes — confraternizando, recebendo ofertas de emprego, comparando os valores pagos por seu trabalho ou o sistema de abatimento das dívidas que contraem na viagem de vinda. Em geral, esses migrantes chegam ao Brasil através dos “gatos” — recrutadores de mão de obra; outros são contratados através das redes familiares ou sociais (Zanella, 2015) e encontramos também aqueles que vêm em busca do sistema público de saúde e são dependentes das informações que recebem daqueles que já tem intimidade com a dinâmica do país (Rossi, 2005; Silva, 2008; Canjani, 2021).

⁷ O trabalho de campo foi realizado integralmente por Elisa Canjani. Desta forma, ele passa a ser relatado em primeira pessoa, na sua voz.

O encontro com a associação aconteceu após um processo de busca que, em um primeiro momento, concentrou-se na mídia eletrônica de *frontstage* (Treré, 2020): redes sociais (*Facebook*) e entrevistas, manifestações culturais e produções com foco em mulheres migrantes, ou produzidas por elas, em jornais, blogs, canais do *YouTube* e rádios. Três modelos de representações femininas se sobressaíram:

1) Mulheres que não se definem ou não se agregam por sua nacionalidade, mas pelo “fazer artístico e cultural” com um viés feminista;

2) As bolivianas ou descendentes que representam “bem” o país, exercem profissões convencionais e estão comprometidas com a assistência à comunidade;

e 3) as integrantes de grupos folclóricos.

Quatro subgrupos, ainda que não atendessem aos objetivos específicos da pesquisa e não tenham sido explorados, foram de grande ajuda para melhor compreender o universo multifacetado da migração feminina e seus recortes de raça e classe: coletivos femininos/feministas voltados para produções artísticas e culturais; web rádios, programas de TVs, blogs e associações voltadas para assistência à pessoa migrante e/ou promoção da cultura boliviana; os quatro *e-books* do projeto de memória social *Mujer: tu eres parte, no te quedes aparte*⁸ e os grupos de dança folclórica boliviana. A busca nas mídias se revelou infrutífera para encontrar o grupo pretendido, mas mostrou que a realidade é mais complexa: todos esses grupos circulam pela cidade, estão em contato e se afetam mutuamente, seja de maneira presencial — em festivais, datas comemorativas — seja de maneira virtual.

Em um segundo momento, a pesquisa se concentrou nos locais de encontros públicos da comunidade: as feiras da Praça Kantuta e da Rua Coimbra. Kantuta é uma flor andina, símbolo da Bolívia (carrega as cores da bandeira) e sagrada para os incas. A feira iniciou-se em 2001, em uma praça onde parte da comunidade já se reunia desde a década de 1990 (Silva, 1997). Em 2002, instalou-se no espaço atual, hoje homônimo: local de encontro, comércio de produtos e alimentos do Altiplano, serviços (como cabeleireiro), jogos, comemorações nacionais e festas tradicionais. Acontece aos domingos, ao longo do dia. A feira da Rua Coimbra foi regularizada

⁸ Idealizados por Oriana Jara (2010; 2011; 2012; 2017) e a ONG Presença da América Latina – PAL, executados e organizados com a colaboração dos consulados da Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai e de mulheres migrantes voluntárias, adotam a metodologia do Museu da Pessoa. São ao todo quatro volumes publicados entre 2010 e 2017, cada qual representando uma nacionalidade.

pela prefeitura em 2014, acontece aos sábados — quando se estende pela noite — e domingos. Como a feira da Kantuta, conta com inúmeras barracas que oferecem os mais variados produtos e serviços. Foi lá que, em uma manhã de janeiro de 2020, após inúmeras tentativas de aproximação frustradas (as pessoas educadamente esquivavam-se, desconfiadas), um senhor brasileiro, vendedor ambulante, se aproximou e ofereceu ajuda — uma evidência de que a pesquisadora estava completamente desintegrada na paisagem — e indicou o Centro de Integração do Migrante. No Centro, profissionais fizeram a ponte com uma das diretoras, moradora do bairro que, por sua vez, fez a ponte com a presidente e assim chegamos à Asociación de Mujeres Imigrantes Luz y Vida.

A associação se espalhava por catorze bairros da cidade e municípios adjacentes, em fevereiro de 2020, e cresceu durante a pandemia, alcançando dezessete bairros em meados de 2021, dispostos em uma linha nas proximidades do rio Tietê, entre os municípios de Itaquaquecetuba e Carapicuíba. Ainda que durante o pico da crise tenham atuado intensamente em prol da comunidade, as baixas e sequelas resultantes do Covid-19, somadas ao estresse intenso e prolongado, desestruturaram parte do grupo, que agora se recompõe lentamente. Originalmente formada por mulheres bolivianas, o coletivo se amplia a partir de laços de amizade e do “boca a boca”: as participantes têm liberdade e são estimuladas a convidar outras mulheres para as reuniões, que acontecem em lugares distintos da cidade durante os finais de semana

O primeiro contato com a associação foi mediado pela troca de mensagens de voz com a presidente e as diretoras, já neste momento apontando o uso do *WhatsApp*. No primeiro encontro — com a presidente da associação e três diretoras — em um restaurante próximo à Rua Coimbra, a pesquisa foi explicada e a pesquisadora já integrada: não conseguiria ocupar um lugar só de observação, pois o processo é de troca. A comunicação se daria pelo *WhatsApp* com acompanhamento presencial das reuniões que ocorriam aos sábados e domingos. São reuniões mensais (por bairro) com temas que se adequam às necessidades identificadas de cada grupo — mas a estrutura não é rígida: por um motivo ou outro, algum bairro mais central para a associação pode receber mais encontros. Incluem uma dinâmica de abertura, onde se apresentam; uma dinâmica de relaxamento, sempre uma brincadeira com muitas risadas; um trabalho de reflexão sobre o tema da reunião; uma dinâmica de encerramento, concluída com

uma oração e então, um lanche comunitário. Assim iniciou-se o acompanhamento e a participação regular junto às mulheres da Asociación de Mujeres Migrantes, descrito a seguir.

2. O trabalho de campo: a participação e as atividades da associação

Até o dia 17 de março de 2020, quando o prefeito Bruno Covas decretou o período de quarentena, participei de 3 encontros da Asociación Luz Y Vida. Em 16 de fevereiro de 2020, domingo, no Centro de Convivência da Mulher em Guaianases, assisti a um encontro da associação. Fiz o trajeto usando o metrô, trem e ônibus: uma longa viagem, menos pela distância do que pelo tempo. As dirigentes, que conduzem as dinâmicas, se atrasaram cerca de 90 minutos e, com o passar do tempo, percebi que esses atrasos são comuns, tanto para as dirigentes como para as associadas. As primeiras, porque estão sempre envolvidas em inúmeras atividades ligadas à associação, as segundas, devido ao transporte e todo o trabalho doméstico ou laboral que precisam concluir antes do “lazer”. Entre os apontamentos divertidos da pesquisa, após dois anos de inúmeros “chás de cadeira”, uma das mulheres me perguntou, achando graça, se eu ainda não conhecia a “hora de boliviano”: aparentemente os atrasos são uma instituição. O tema do dia foi “O que consideramos um trabalho digno”. Na reunião anterior refletiram sobre “as condições da mulher”. São dezoito mulheres com idades que variam desde, talvez, dezesseis anos até três mulheres que aparentam estar na casa dos sessenta, sessenta e poucos. A maioria está entre os trinta e quarenta anos. Vieram de diversos bairros, contrariando a regra geral. Algumas trouxeram os filhos, havia seis crianças entre dez e quatro anos. Houve uma segunda reunião, que se encerrou às sete e meia da noite, em que organizaram o grupo para uma feira de migrantes que se realizaria no dia 8 de março em Guaianases, com o apoio da subprefeitura⁹.

O encontro seguinte, para a comunidade migrante, aconteceu no dia 7 de março, sábado, em um auditório no Brás, em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres. Palestraram uma advogada referência na comunidade, falando sobre a violência contra a mulher; pastores; houve apresentação de canto. As dirigentes da associação desenvolveram algumas dinâmicas abordando respeito e igualdade. Retirei-me perto das vinte horas, e a Rua Coimbra estava

⁹ A feira foi adiada e depois cancelada, em face da pandemia de Covid-19.

abarrotada: pessoas de todas as idades, música, barracas se estendendo pelas ruas laterais, muitos vendedores espalhados pelas calçadas próximas, um delicioso clima de festa. No dia seguinte, participei de um encontro apenas com mulheres do grupo Brás, em um salão paroquial, e assisti às dinâmicas.

Poucos encontros foram gravados. Nas primeiras vezes não recebi autorização, ou não pedi: pareceu-me constrangedor para o grupo. Em geral, apoiei-me em anotações em papel, simultâneas; relatos gravados, posteriores às reuniões (quando estava me deslocando de automóvel (em transporte público, não é possível) e transcrições de memória, em um caderno de campo que me acompanhou durante o processo. As gravações mostraram-se muito difíceis: os ambientes são muito grandes e reverberam ou estão expostos aos ruídos da rua; há barulho das crianças brincando (quando começam os trabalhos são levadas para estações de lazer, sob os cuidados das(os) filhas(os) das dirigentes, mas, até lá, circulam entre as mães); as mulheres falam tão baixo que é comum não conseguir gravá-las e, em outros momentos, falam muito rápido, ou usam expressões em quéchua ou aimará e não conseguia entender.

O início da pandemia foi emocionalmente desgastante pela avalanche de dúvidas que surgiram, lembrando estarmos às cegas, inclusive quanto à duração da crise: como preservar minha família? Como conjugar o envolvimento com a comunidade — no turbilhão de emoções — e os pressupostos de uma pesquisa? Qual a validade da pesquisa conduzida nessas condições? Ao fim e ao cabo, foram as reflexões de Madison (2005) sobre etnografia crítica que me sustentaram nesse momento de angústia. Para além de apontar o poder contido nessa possibilidade narrativa (para o bem ou para o mal), o perigo e a responsabilidade de interpretar e representar (a partir de um olhar estrangeiro) a vida daqueles que lhe deram permissão para isso, aponta para o compromisso e a responsabilidade ética de intervir em situações de injustiça social, de contribuir para a equidade e a liberdade. A autora valida as metodologias empíricas, assumindo que o ponto de partida da pesquisa é o terreno do Outro e que a pesquisa se constrói nesse contato.

Uma chamada — via *WhatsApp* — da presidente e da coordenadora, em 10 de abril, após vários dias de mensagens lacônicas, resolveu o impasse. O número de famílias em suas listas havia crescido muito e estavam sem renda. Muitas famílias, indocumentadas, não podiam se inscrever em programas de auxílio. Os órgãos públicos e instituições às quais as dirigentes

costumeiramente recorriam, estavam fechados ou ainda tentando entender como estancar a sangria: a pandemia escancarou a vulnerabilidade, tanto na sua violência quanto na sua presença. Como coloca Santos (2020, p. 27): “Por último, em situações de emergência, as políticas de prevenção ou de contenção nunca são de aplicação universal. São, pelo contrário, selectivas”.

Haviam realizado algumas doações, mas o que conseguiram distribuir era muito pouco perto do número de famílias necessitadas. A partir desse momento iniciamos uma comunicação intensa, sempre através do *WhatsApp*: mensagens escritas, de voz, *emojis* e capturas de tela. Também pelo *WhatsApp* acionaram entidades conhecidas, fizeram novos contatos e conseguiram muitas doações de cestas básicas e outros itens (atividade incansável ao longo de toda a pandemia: a vulnerabilidade não se desmancha no ar e não pode se dar ao luxo de esperar pela construção de um novo normal). Com o auxílio de um amigo que possui uma van, entregavam cestas noites adentro nos diversos bairros, de acordo com listas que recebiam das outras diretoras. As famílias contempladas eram selecionadas pelo grau de necessidade, as doações eram registradas nas listas, datadas e assinadas pelos contemplados. As entregas de cestas básicas feitas nos diversos bairros eram fotografadas — e enviadas pelo aplicativo — para prestação de contas e agradecimentos.

Em 17 de maio participei da primeira *thapi*¹⁰, no terraço da casa da presidente. Lá fui apresentada para uma grande parte das mulheres que fazem parte do grupo e assisti à eleição da secretária geral, a quem cabe registrar as atividades em ata, a confirmação das responsáveis pelos bairros e as novas associadas. Dia 25 de maio me colocaram em um novo grupo de *WhatsApp*, com mulheres brasileiras que também estavam se mobilizando e recolhendo auxílios diversos para aqueles que ficaram vulneráveis à pandemia. Estavam montando uma vaquinha. Esse grupo foi bastante ativo no auge da crise, conseguiu inúmeras doações e silenciou lentamente. Dia 26 de maio nos encontramos às escondidas (havia quarentena), no pátio descoberto de um restaurante no Brás. As moças providenciaram faixas e balões e se esmeraram na decoração do ambiente. A maioria delas estava de máscara, mas todas tiramos para o almoço e para a fotografia final.

¹⁰ *Thapi*: refeição em que todas trazem um prato para compartilhar, é um momento importante na socialização do grupo.

Em 5 de junho recebi uma série de fotos com cinco crianças e dois bebês acolhidos com as mães (três), e uma moça grávida. Todas chegaram à associação pela rede comunicativa. Nesse mesmo dia iam encontrar uma advogada para iniciar os trâmites para oficializar a associação, tirando o CNPJ. Trata-se de um passo importantíssimo, já que a inscrição em qualquer programa de auxílio, ou editais de projeto — sejam nacionais ou internacionais — dependem dessa oficialização. O custo da tramitação é um grande impeditivo¹¹. Abrimos uma vaquinha que deveria ser destinada ao pagamento do advogado, no entanto, as emergências se somaram e atropelaram o cronograma. Em 1 de setembro fui convidada pela presidente para a manifestação que organizaram com outros grupos de migrantes bolivianos em frente ao Consulado da Bolívia, na Vila Mariana, pelo direito ao voto no exterior para as eleições presidenciais.

Em 12 de setembro nos encontramos para mais uma reunião de alinhamento dos trabalhos da associação: queriam minha opinião na organização de estratégias para o enfrentamento da pandemia e na elaboração do material que seria entregue no dia seguinte, na câmara dos vereadores, em uma reunião agendada na subprefeitura. Para elas é importante que o documento seja escrito em uma linguagem um pouco mais formal e em português gramaticalmente correto. Conversamos também sobre Domitila Barrios de Chungara, uma importante líder dos mineiros, aimará boliviana. Nessa noite gravei a única entrevista formal que fizemos em todo o processo. Estávamos em um terraço aberto, elas falavam baixo e havia muito barulho na rua, a gravação mal se escuta. A conversa começou indignada porque o então cônsul boliviano no Brasil havia retirado a *Wiphala* da fachada do consulado. Explicaram-me a trajetória econômica da Bolívia e os seus percursos individuais, me falaram sobre machismo, racismo e feminismo na Bolívia; sobre como a associação se formou e as questões que enfrentam¹².

O nono encontro aconteceu em Cidade Tiradentes, em um sábado, 3 de outubro. A reunião aconteceu na garagem da casa de uma das associadas. Nem todas se conheciam, muitas estavam lá pela primeira vez. Portavam um adesivo colorido com o nome, colado no peito. A

¹¹ Em 6 de maio de 2022 soube que, finalmente, conseguiram pagar todas as custas e o CNPJ está prestes a sair.

¹² A conversa é longa e não caberia nesse espaço do artigo, está registrada na dissertação de mestrado, indicada nas referências (Canjani, 2021, p. 138-143).

roda seguiu o roteiro dos encontros e começou com as mulheres se apresentando e um trabalho de relaxamento que envolveu muitas risadas. Eu, mais uma vez, me postei como observadora e tive dificuldade para entender os nomes. Três pequenos cartazes colados na porta da garagem informam, em castelhano, que o tema era saúde mental: qualidade de vida cognitiva e emocional. Ao encerrar a reunião, a presidente avisou que no dia seguinte haveria uma marcha na Avenida Paulista pelo direito ao voto e pediu que as mulheres participassem com camisetas brancas.

A presidente viajou com os dois filhos menores logo depois para a Bolívia e não nos encontramos pessoalmente por alguns meses. A associação não parou: as diretoras assumiram as tarefas e minha interlocução prosseguiu com a coordenadora. No final de fevereiro, a presidente retornou e retomamos nossas conversas, troca de informações sobre cursos, material disponível na internet. No início de abril conseguiu trabalho, mas os pagamentos foram condicionados à abertura do comércio. Havia recebido mais cestas básicas e estava distribuindo pelos bairros. Poucos dias depois enviou as fotos da produção comunitária de geleias: estavam (e estão) procurando novas formas de obtenção de renda para as famílias. A coordenadora estava fazendo experiências com hortas caseiras para implementar um projeto de hortas comunitárias.

Começaram a preparar uma festa em comemoração ao Dia das Mães Bolivianas e o aniversário da associação para o último final de semana de maio. Queriam alugar uma chácara para que as mulheres e suas famílias passassem um dia agradável e esquecessem um pouco o estresse da pandemia. Planejaram músicas, danças e comidas típicas — exhibições da cultura boliviana-andina — brincadeiras e uma *thapi*. Tentei argumentar que a pandemia ainda estaria em curso, mas elas estavam mais otimistas e argumentaram haver desenvolvido protocolos que estavam sendo aplicados em encontros, dos quais não participei. Embora tivessem total consciência, informação e tomassem todos os cuidados protocolares, penso que dificuldades como o desamparo, a fome, a perspectiva do despejo por falta de pagamento do aluguel, se tornaram muito mais concretas e ameaçadoras do que um vírus invisível a olho nu. Ficou muito evidente como a pandemia estava sendo vivenciada de forma muito distinta conforme as pessoas envolvidas e seus lugares sociais. Como já pontuava Santos (2020, n.p.), “as pandemias

não matam tão indiscriminadamente quanto se julga (...) discriminam tanto no que respeita à sua prevenção como a sua expansão e mitigação”.

No final de abril receberam 350 cestas de uma ONG de Campinas e estavam preocupadas em conseguir o valor para fazer o transporte das cestas até os bairros. Um par de dias depois, me contaram que ambas estavam com um *“forte resfrio [...] hoje estou pouco melhor, mas o malestar no corpo não passa”*. Nos primeiros dias de maio avisaram que iriam ao posto de saúde. O resultado foi positivo para Covid-19, mas tentaram me tranquilizar: estavam medicadas. As famílias foram contaminadas. Conversei diversas vezes pelo áudio do *WhatsApp* com a presidente, mas ela mal conseguia falar¹³. Ficou treze dias internada, mas não foi intubada: 50% de seu pulmão direito estava comprometido indefinidamente e sofrendo com depressão, sequelas da Covid-19.

Retomaram as atividades logo após a convalescença, mas com uma grande alteração no quadro de associadas, que se exauriram emocional, física e financeiramente durante o primeiro ano da pandemia. Poucas diretoras do grupo de 2020 permaneceram. O grau de dedicação autoimposta e os gastos com o auxílio humanitário, que levaram as reservas pessoais, criaram atritos graves dentro das famílias e entre elas. Não fosse a extrema capacidade de agregação e liderança que demonstram a presidente e a coordenadora, 2021 teria sido a “pá de cal” da associação, pois todas as mulheres se contaminaram, muitas com sequelas graves e prolongadas. Perderam-se muitas vidas. Hoje, o comércio ainda não se recuperou e não há trabalho suficiente para todas/os. Ainda em 2021 montaram um grupo de adolescentes, comandado pela filha da presidente, que vem atuando com a tutela das mães, nos mesmos moldes da associação.

Como coloca Olmo (2010), o papel do etnógrafo não só é ambíguo, mas implica em um certo grau de reciprocidade: na medida em que envolvemos em nosso trabalho de campo um grupo que oferece seu conhecimento e seu “afeto livre” para nosso proveito acadêmico, é correto que de alguma forma ofereçamos algo de nós e, nesse sentido, me sinto livre para alimentar a relação que construímos. Ainda que em ritmo menos intenso, conversamos regularmente e, como madrinha da associação, participo dos eventos para os quais sou

¹³ Nessa altura, a coordenadora havia drenado toda a poupança de anos — inclusive cobrindo déficits do auxílio à comunidade — e não tinha mais recursos para comprar créditos para o celular: a comunicação acontecia apenas pelo aparelho da presidente.

convidada. Fui madrinha na *quinceanera* da filha da presidente e eleita sua “tutora” brasileira. Como trabalho rotineiro, ajudo na confecção de textos e apresentações quando solicitada. O CNPJ está prestes a sair, portanto, entraremos em uma fase de prospecção de entidades que ofereçam recursos para a implementação de projetos idealizados por elas — como a Casa das Mulheres, as Hortas Comunitárias e o Projeto dos Adolescentes — e doações para datas comemorativas.

3. Uso do *WhatsApp*: achados da pesquisa

Como percebemos pelo trabalho de campo, a comunicação cotidiana das mulheres da associação, tanto entre aquelas que vivem no Brasil quanto com a família e a comunidade no exterior, acontece através do *WhatsApp*. Se voltarmos no tempo, nos debruçando sobre o projeto *Mujer tú eres parte no te quedas aparte*, citado anteriormente, encontraremos relatos contundentes sobre isolamento, solidão, desamparo e violenta ruptura com o país de origem, relatos de mulheres que migraram entre as décadas de 1960 e início dos 1980, quase que por unanimidade acompanhando os maridos. Chegavam a um país onde não dominavam a língua, os costumes ou a paisagem, não contavam com uma rede de apoio e muito menos sabiam como procurá-la, se é que existiam.

Carlos Silva (2008) explica que no início dos anos 2000, a comunidade boliviana moradora do bairro Brás comunicava-se com a Bolívia através do sistema de telefonia regular, com cartões vendidos a preços populares e, anteriormente, utilizava um sistema via satélite conhecido como *telefonos trunchos*, cuja cobrança era feita por minuto e as ligações realizadas mediante pagamento ao ofertante do serviço (Silva, 2008, p. 105). As experiências relatadas mostram a forte conexão da comunicação com a experiência territorial e temporal: a comunicação cotidiana e em tempo real constrói outra experiência migratória. Hoje, Martín-Barbero (2002) aponta que as cartografias da contemporaneidade se desenham no diálogo entre o mundo real e o mundo virtual e suas respectivas temporalidades.

É neste lugar entre o virtual e o real, que posicionamos o *WhatsApp*. No conjunto das transformações proporcionadas pelo advento da Web 2.0, o aplicativo oferece mudanças radicais no custo das ligações, que estão embutidas em um plano de dados e independem de

localização geográfica; no fato da comunicação acontecer em um espaço-tempo determinado pela usuária, na intimidade do espaço habitado; no fluxo, já que essa comunicação é cotidiana e podem-se acompanhar os acontecimentos — sejam familiares, sejam sociais — conforme se desenvolvem. Agrega-se ao conjunto de transformações o fato de ser um instrumento multiplataforma: para além da comunicação por voz, é possível realizar videochamadas, enviar fotografias e compartilhar informações de toda sorte, sem a exigência de grandes habilidades na área digital. Neste contexto, importante a reflexão de Truzzi (2008, p. 207), ao falar da distinção entre mapas mentais e mapas geográficos: a distância está mais ligada ao isolamento social e cultural do que à localização geográfica propriamente dita.

O'Hara *et al.* (2014) se propõem a pensar as sociabilidades produzidas através do *WhatsApp* para além da gratuidade ou baixo custo — que se perde nos planos de dados — e da facilidade em se combinar os diversos recursos de texto, imagens, áudios e vídeos. Em sua concepção, trata-se de um conjunto de produções de sentido e elaboração de discursos na construção de novas formas de sociabilidade, novas proximidades geográficas e afetivas (os/as autores/as usam a palavra “moral”) que se misturam e são gerenciadas tanto nos espaços do real quanto nos espaços do digital, constituindo locais de pertencimento produzidos narrativamente em um estado híbrido — digital e real, uma experiência consciente de se “estar em” e “através” do tempo e do espaço (O'Hara *et al.*, 2014). No caso da associação, em cada um dos bairros onde atua, uma “cabeça de grupo” é eleita pela comunidade local sem a ingerência das dirigentes e desenvolve sua rede de contatos locais, com a ajuda de outras associadas. Trata-se da construção de uma cartografia composta por territorialidades distintas que se entrelaçam, se tangenciam e circulam entre os universos real e digital, mas onde mais do que “borrar”, como propõe Martín-Barbero (2002), já não cabe a noção de fronteira. São as “cabeças de grupo” que se encarregam de transmitir as demandas às diretoras, e em conjunto tomam as decisões. De modo geral, a comunicação estabelecida na pesquisa esteve restrita à presidente e à coordenadora, mas foram eventualmente recebidas mensagens afetivas de mulheres com quem houve relação a partir dos encontros presenciais nos encontros.

As mensagens trocadas pelo aplicativo podem ser pensadas a partir de aspectos relativos às suas características e como estas são apropriadas e ressignificadas no uso cotidiano, que é feito pelos diferentes grupos. No caso desta pesquisa, observamos diversos

entrelaçamentos, que passamos a identificar, a partir das características inerentes às mensagens do *WhatsApp*.

Em primeiro lugar, é importante ter em mente que as mensagens trocadas a partir do aplicativo, são *Mensagens multimodais*, ou seja, combinam texto, voz, pictogramas (*emojis*) e, esporadicamente, a depender do interlocutor, *hiperlinks*. O texto escrito assume características próprias, um novo letramento, dotado de uma flexibilidade sujeita à interpretação daquele que lê: em geral, não se aplica pontuação, muitas palavras são cifradas, o corretor ortográfico faz das suas, perde-se a ironia. O tempo — ou sua gestão — revelou-se um poderoso instrumento de comunicação não verbal. Podemos pensar, talvez, como um novo campo de interpretação das intimidades e construção de significados, baseado na dinâmica entre aquelas/es que estão em diálogo. Farman (2018) aponta que o tempo sempre foi carregado de significados em qualquer momento da longa linhagem de tecnologias da comunicação: uma resposta imediata ou uma longa pausa, por exemplo, carregam significados na relação entre os interlocutores.

Para além de texto escrito e tempo, os *emojis* adquirem importância capital nesse tipo de comunicação: produzem a falsa sensação de redução de ruídos nas mensagens, carregam uma afetividade quase leviana e imprimem sensação de intimidade. Pensados como campo de batalha cultural, apontamos os grupos hegemônicos, que tentam impor sua codificação, enquanto os pictogramas são apropriados e ressignificados por comunidades que, sob esta ótica, “não sabem como usá-lo”. Uma busca rápida na internet mostra uma enorme quantidade de artigos que giram em torno do tema: “*emojis* que você usa errado”. No contexto da pesquisa, os *emojis* mais recorrentes na comunicação com as mulheres tiveram como função a aproximação afetiva, sem o peso e o compromisso da palavra escrita. Observou-se a elasticidade na interpretação das figuras: o peso, o compromisso e a intensidade percebidos em um *emoji* estão sujeitos também ao momento específico, ao assunto relativo e ao grau de relação interpessoal entre quem se comunica, somado à subjetividade de cada um. Além disso, eliminaram, ou pelo menos reduziram, os ruídos de comunicação provocados por diferenças no domínio da língua, na instrução formal e de classe, e contornaram possíveis mal-entendidos com a interpretação do texto: uma “carinha piscando” ou uma “carinha brava”, informa se você está fazendo uma brincadeira ou está brava de verdade. Em nosso caso específico, contornaram o constrangimento das mulheres com o fato de não serem hábeis na escrita formal da língua

portuguesa, preocupação que surgiu em inúmeras conversas, dado que os pictogramas podem substituir frases inteiras.

As mensagens permitem e foram usadas para *Registros fotográficos de caráter pessoal* que, no âmbito dessa pesquisa, em boa parte se confundiram com os registros de caráter comprobatório das atividades da associação: boa parte das fotografias recebidas tiveram mais um caráter de compartilhamento no campo afetivo e alimento da relação, do que uma formalidade. O'Hara *et al.* (2014) propõem que esses objetos de mídia assumem um significado para além do simples registro, são formas particulares de atuação social. Citam o envio de fotos como uma espécie de “balanço” da atividade realizada, em que o encontro real é prolongado no encontro pelo aplicativo e no qual, através do compartilhamento das fotos e adição de comentários, se constrói uma narrativa compartilhada, em que essa produção coletiva está sujeita às formas seletivas de participação envolvendo comentários, brincadeiras, expressões de avaliação ou aprovação, que constroem a identidade do grupo. Apontam também o envio das fotos como reforço ou consolidação de laços afetivos e campos de pertencimento (O'Hara *et al.*, 2014). Foi neste sentido que percebemos o uso pelo grupo deste tipo de mensagem.

Simultaneamente, também foram muitos os *Registros fotográficos de caráter documental*. Tanto o *WhatsApp* quanto o *Facebook* se mostraram importantes instrumentos de registro e validação de atividades. A página no *Facebook* da associação, criada em 26 de novembro de 2019, continha pouquíssimos registros até o final de abril de 2020, quando passaram a postar fotografias dos recebimentos e entregas das cestas básicas e demais doações, também para prestar contas aos apoiadores. Gradualmente, apropriaram-se desse instrumento de palco (*frontstage*). Há que se ter em mente que o tempo de que dispõem para realizar tudo que fazem é escasso. Manter atualizações de página, por exemplo, é um esforço extra e, ainda que contem com muitas colaboradoras, o núcleo administrativo ainda é restrito. Entre as questões que transparecem nas postagens, o agradecimento aos esposos e amigos que colaboram com associação aponta para sua concepção de rede: refletir sobre as relações de gênero não implica em excluir os homens da comunidade, muito a partir das perspectivas do Feminismo Comunitário de Julieta Paredes, ao qual se vinculam¹⁴. Isto apareceu na distribuição

¹⁴ Ainda que a vinculação da associação com o feminismo comunitário não seja objeto deste trabalho, sugerimos para quem se interessa pelo tema o livro, ver Paredes, 2022.

de cestas básicas, quando incluíram em suas doações famílias compostas apenas por pai e filhos ou na participação, sempre bem-vinda, dos amigos que querem colaborar.

O uso mais intenso do aplicativo, contudo, se deu com mensagens para a *Organização de auxílio humanitário*. Especialmente em função da pandemia foram observadas as conversas entre as mais diversas pessoas que atuaram em busca de auxílio para a comunidade. Através da comunicação pelo aplicativo, mulheres presas em oficinas sem alimentação, mulheres vítimas de agressão, mulheres postas na rua com crianças, sem trabalho, foram auxiliadas ou resgatadas pelas dirigentes da associação através da rede de comunicação que se potencializou. Pelo aplicativo foram organizadas as doações e vaquinhas que integraram a imensa rede solidária que vimos expandir-se durante o período, conectando pontas improváveis em uma velocidade impensável há pouco mais de uma década.

Outro tipo de mensagem se dá a partir dos *Eventos*. Em final de agosto, a partir da associação, fui convidada a participar de um grupo de *WhatsApp* que articula mulheres e organizações femininas que se identificam como indígenas ou negras de *Abya Yala* e Pindorama, com o propósito de discutir e construir sua atuação e reconhecimento enquanto cidadãs. Trata-se de um grupo fechado e o ingresso deve ser aprovado pelas organizadoras. O grupo divulga movimentos, palestras, *lives*, encontros, cursos e formações — durante a pandemia, todos no formato on-line — chamadas para artigos e editais. É um potente instrumento de diálogo e encontro entre grupos e pensadoras feministas indígenas, quilombolas e afrodiaspóricas para além de limites físico-territoriais. A inserção neste grupo abriu as portas para outros grupos ligados às reivindicações das mulheres latino-americanas, em perspectivas que arriscamos a chamar de decoloniais, originárias e afrodiaspóricas — ainda que não se identifiquem assim, necessariamente — em que mulheres ou grupos de vários países, etnias e quilombos estabelecem contato, refletem, apresentam reflexões e demandas, sejam específicas, sejam de amplo interesse.

Da mesma forma, foi possível identificar um intenso *uso do aplicativo como relacionado ao Ativismo digital*. Treré (2020) aponta o descompasso entre o uso que fazem do aplicativo *WhatsApp* ativistas e organizações e o interesse que esse papel político desperta na academia. Segundo o autor, o ativismo digital se organiza em duas instâncias, com concepções distintas e

entre as quais residem práticas complexas: o palco (*frontstage*) e os bastidores (*backstage*). Combinam tecnologias da comunicação interna e plataformas de mídia social, onde o *WhatsApp* cumpre a função de espaço de troca entre as(os) membros e permite a formação de grupos e subgrupos. Milan e Barbosa (2020) apontam que o *WhatsApp* é frequentemente classificado em primeiro lugar no número médio mensal de usuários ativos no mundo e apresenta uma taxa de penetração particularmente alta no Sul Global, sendo a principal ferramenta de compartilhamento e discussões políticas e de notícias. No Brasil, afirmam, 96% dos usuários de *smartphones* utilizam o aplicativo, que detém poder para desequilibrar o jogo político. Argumentam que o *WhatsApp* apoia o surgimento desse novo sujeito, capaz de se apropriar das possibilidades sociais da ferramenta para autoexpressão e mobilização, acumulando funções pessoais, familiares, trabalhistas e políticas.

Apontam a capacidade do aplicativo em mediar inúmeras necessidades diárias, estimulando a interação frequente; de fundir as esferas pública (interações grupais) e privada (interações interpessoais); de reunir o popular e o político; de associar sua capacidade de difusão de conteúdo e a possibilidade de fruição imediata, gerando mobilização em grande escala. Soma-se ao quadro o fato dos repertórios familiares e emotivos atraírem mesmo as pessoas inativas, ou que não se veem como politicamente ativas. O compartilhamento de conteúdo rico em emoções, opiniões e sentimentos comuns ao grupo contribuem para a construção de identidades coletivas; ativam formas de participação política — transformadas em tema cotidiano, de aprendizagem e estimulam a agência política (Milan e Barbosa, 2020).

Tal qual percebemos nas trajetórias das mulheres da associação, não existe estanqueidade entre os papéis: são, simultaneamente, mulheres, mães, donas de casa e costureiras, e são essas identidades que formam sua identidade político-ativista. São ativistas porque como mulheres, mães, donas de casa e costureiras, buscam por seus direitos. Além disso, o *WhatsApp* quebra a relação entre recursos materiais e capacidade de mobilização — como assistimos nos protestos pelo direito ao voto, organizado por uma comunidade exaurida financeiramente pela pandemia — de forma que o custo do transporte público até o local do protesto (ao menos em São Paulo) se converteu em barreira para muitos. Mais ainda, não se tratou de um movimento local, mas de um movimento global, que envolveu as comunidades

bolivianas em todos os países onde estão presentes. Não só lograram êxito como, entre aqueles envolvidos nas lideranças dos protestos, ampliaram suas redes de contatos.

Milan e Barbosa (2020) observam quatro dinâmicas centrais na utilização do aplicativo, que aparecem também nas reflexões de Treré (2020), ainda que colocados de forma distinta: a oportunidade discursiva e o desenvolvimento de repertório centrado na comunicação, observados quando discutimos as mensagens multimodais e os convites para eventos. O desenvolvimento de um senso de conexão, no sentido da construção de identidades coletivas. No caso desta pesquisa, a construção dessa identidade e senso de pertença é francamente possibilitada pela rede comunicativa que construíram e se revela também nos uniformes com os quais se apresentam orgulhosamente nos eventos — camisetas que trazem o nome da associação, nas cores e com os nomes dos núcleos (bairros) — além da bandeira (banner) que é estendida na frente do grupo, tanto para fotos quanto nos desfiles. Em quarto lugar, uma estrutura organizacional caracterizada pela liderança difusa: uma organização de lógica descentralizada. Na associação, existem as comunicações restritas ao par presidente-coordenadora; os grupos que reúnem a presidente, a coordenadora e as diretoras; os grupos que reúnem apenas as dirigentes e associadas de cada bairro; os grupos temporários com outras mulheres ou instituições. Ao longo da convivência observou-se que, embora o discurso das dirigentes seja o de “descentralização” e trabalhem para isso, a hierarquia está presente, ainda que em graus distintos e em relação direta com o tempo de associada, somada à disponibilidade de atuar como liderança e assumir as responsabilidades do cargo — que como já comentado, rouba o tempo das mulheres com suas famílias nos poucos momentos que têm disponíveis para o lazer, gerando crises sérias nos relacionamentos.

Importante frisar que a associação foi observada em um momento de absoluta exceção, e que, portanto, precisou se reinventar e tatear pelas brechas de esperança e possibilidades que se abriam. Narramos um momento único em suas vidas e na maneira como geriram a organização. Como foi relatado, pouco antes da pandemia haviam realizado uma grande reunião em que votaram o organograma da associação, elegeram a secretária-geral, definiram as diretorias e as prioridades: tudo isso se perdeu, muitas mulheres se desligaram, outras entraram e estão recomeçando.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa, a partir de um trabalho de campo etnográfico, pudemos observar que as mídias digitais, no caso deste artigo especialmente o *WhatsApp*, propiciam a emergência de um ambiente comunicativo que responde a um novo modo de estar no mundo, não para um grupo específico, não para as mulheres da associação, mas para todo um conjunto da humanidade com acesso a esse universo, criando novas dimensões de tempo e espaço onde coabitam o que é do real, o que é do virtual e ainda uma dimensão híbrida, que reúne ambos. A pluralidade, as possibilidades estão inscritas, portanto, já de saída. O pensamento já não flui em uma única direção, as possibilidades abrem-se em uma explosão de opções e encontros, ainda que respondam a particularidades. Talvez a grande mudança esteja na concepção de tempo, ainda que com todas as desigualdades e questões de interseccionalidades que sabemos existir. Entendemos que o tempo seja um dos grandes sequestros perpetrados pelo capitalismo, esse tempo ditador, do relógio, que constrange as existências em grades programáveis. Colocar a agência e a criatividade em marcha exige tempo. Pensar a própria vida pede um encontro com os pares, um tempo de conceber e desenvolver uma ideia. Esses tempos são possíveis no universo digital, ainda que exijam um grau de esforço distinto para cada comunidade e estejam sujeitos às interseccionalidades. As sujeitas da pesquisa, reunidas em sua associação, constroem novas multiterritorialidades, pelo uso intenso de tecnologias, em diálogo com outras mulheres de outras comunidades, algo praticamente impossível há duas décadas.

Por fim, gostaríamos de registrar o quão rica a pesquisa se revelou, no sentido de que não se esgota nas primeiras camadas de achados: a cada conversa, a cada reflexão, a cada texto escrito, desvelamos nossas próprias crenças e atravessamentos, muitas vezes surpresas pelo que, então, parece óbvio.

Referências bibliográficas

CANJANI, Elisa. *Resistências femininas: redes de comunicação de mulheres migrantes latino-americanas na Região Metropolitana de São Paulo*. 2021. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

CARRERA, Fernanda *et al.* Interseccionalidade e plataformas digitais: dimensões teórico-metodológicas da pesquisa em Comunicação. *Fronteiras*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 14-21, jan./abr. 2022. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/24870>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COGO, Denise; ALLES, Nathália Ledur. Ativismo e uso de TICs por mulheres latino-americanas: o caso do coletivo Equipe de Base Warmis. In: BAENINGER, Rosana *et al.* (orgs.). *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquo"- NEPO/UNICAMP, 2018. p. 296-308. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_migracoes_sul_sul.php>. Acesso em: 02 mar. 2020.

FARMAN, Jason. *Delayed response: the art of waiting from the ancient to the instant world*. Londres: Yale University Press, 2018.

HINE, Christine. *Etnografia virtual*. México: UOC, 2004.

HINE, Christine. *Ethnography for de internet: embedded, embodied and everyday*. Londres: Bloomsbury, 2015.

JARA, Oriana *et al.* *Memória Social: Chilena, tú eres parte no te quedas aparte*. São Paulo: SENAC, 2010. Disponível em: <https://museudapessoa.org/wp-content/uploads/2021/06/memoriasocial_chilenatueresparte_web.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

JARA, Oriana *et al.* (org.). *Memória Social: Argentina vos sos parte no te quédes aparte*. São Paulo: PAL, 2017.

JARA, Oriana *et al.* (org.). *Memória Social: Colombiana tú eres parte; no te quedas aparte*. São Paulo: Carthago Editorial, 2012.

JARA, Oriana *et al.* (org.). *Memória Social: Uruguaya tú eres parte no te quedas aparte*. São Paulo: PAL / Museu da Pessoa, 2011.

MADISON, D. Soyini. *Critical Ethnography: Method, Ethics, and Performance*. New York: SAGE, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Oficio de cartógrafo: Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura*. Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 2002.

MILAN, Stefania; BARBOSA, Sérgio. Enter the *Whatsapper*: Reinventing digital activism at the time of chat apps. *First Monday*, Bridgman, v. 25, n. 1, [n.p], 6 jan. 2020. Disponível em: <<https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/10414/8320>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros. *Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH*, Brasília, 8 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/migracoes/artigo-mulheres-migrantes-e-refugiadas-a-servico-do-desenvolvimento-humano-dos-outros/>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

O'HARA, Kenton; MASSIMI, Michael; HARPER, Richard; RUBENS, Simon; MORRIS, Jéssica. Everyday dwelling with WhatsApp. In: CSCW, 14, 2014, Baltimore. *Proceedings of the 17th ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work & Social Computing*. New York: ACM Digital Library, 2014. Disponível em: <<https://dl.acm.org/doi/10.1145/2531602.2531679>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

OLMO, Margarita del. Conflicto de intereses: reflexión sobre un trabajo de campo en la escuela. In: *Dilemas éticos en antropología: las entretelas del trabajo de campo etnográfico*. OLMO, Margarita del (ORG.). Madrid: Trotta, 2010. p. 77-92.

PAREDES, Julieta. *Hilando fino: desde o Feminismo Comunitário Pindorama-Brasil*. São Paulo: E:TTxihi, 2022.

ROSSI, Camila Lins. *Nas costuras do trabalho escravo: um olhar sobre os imigrantes ilegais que trabalham nas confecções de São Paulo*. 2005. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SILVA, Carlos Freire da. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Sidney Antônio da. *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.

SILVA, Vivian da Veiga. Contribuições dos estudos de gênero e da decolonialidade para os debates sobre migrações internacionais. *GeoPantanal*, Corumbá, n. 32, p. 103-116, jan./jun. 2022.

TRERÉ, Emiliano. The banality of WhatsApp: On the everyday politics of backstage activism in Mexico and Spain. *First Monday*, Chicago, v. 25, n. 1, 6 jan. 2020. Disponível em: <<https://journals.uic.edu/ojs/index.php/fm/article/download/10404/8317>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/K3dggCcfJdy4xWB9DjpRc7C/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ZANELLA, Vanessa Gomes. Imigrantes bolivianas em São Paulo: condições de vida e trabalho. *Revista de Estudos Jurídicos UNESP*, Franca, ano 19, n. 29, p. 1-20, jan.-jul., 2015. Disponível em: <<http://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/index>>. Acesso em: 9 maio 2021.

Elisa Canjani – Universidade de São Paulo – USP

Elisa Canjani é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP e Licenciatura em Educomunicação pela ECA-USP; mestre e doutoranda em Ciências da Comunicação pelo PPGCOM-USP e membro do Grupo de Pesquisa Alteridade, subjetividades, estudos de gênero e performances nas Comunicações e Artes (AlterGen).

E-mail: elisa.canjani@usp.br

Claudia Lago – Universidade de São Paulo – USP

Cláudia Lago é professora da Escola de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da USP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Alteridade, subjetividades, estudos de gênero e performances nas Comunicações e Artes (AlterGen), pesquisa gênero e sexualidade na interface com a Comunicação. É uma das gestoras do Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (FCHSSALLA).

E-mail: claudia.lago07@usp.br